

ARQUIVOS HISTÓRICOS ESCOLARES: CONTRIBUIÇÕES PARA O ENSINO DE HISTÓRIA E A HISTÓRIA LOCAL

Nadia Gaiofatto Gonçalves¹

Resumo

Este trabalho tem como objetivo discutir possibilidades de utilização dos arquivos históricos escolares para o Ensino de História. Reconhece-se os desafios da formação e ação do professor em sala de aula – fundamentos teórico-metodológicos que abrangem a concepção, uso e tratamento de documentos em sala de aula, história local, memória, além da própria finalidade do ensino de História, e da instituição escolar frente à organização e preservação de seu arquivo histórico. Porém, entende-se que os arquivos escolares podem contribuir significativamente para o Ensino de História, por sua acessibilidade, diversidade e tipos de informações, mais próximas, compreensíveis e potencialmente mais significativas e interessantes para os alunos; e por sua utilização implicar na possibilidade de articulação entre ensino, pesquisa e extensão na escola, podendo envolver a comunidade escolar e a comunidade externa à instituição.

Palavras-chave: arquivos históricos escolares; ensino de História; história local.

Abstract

The aim of this paper is to discuss the possibilities for using historical school archives for the teaching of history. It is recognized that the challenges of qualification and action of the teacher in the classroom – theoretical-methodological bases that involve the concept, use and treatment of documents in the classroom, local history, memory and the aim of teaching history itself and the school in the light of the organization and preservation of its historical archives. However, it is understood that school archives can make a significant contribution to the teaching of history because of their accessibility, diversity and types of information which are closer, comprehensive and potentially more significant and interesting to the students. Another reason is that they make possible a link between teaching, research and an extension at school and the community outside the school.

Key words: historical school archives; teaching of history; local history.

Introdução

No campo da História da Educação vem se desenvolvendo um esforço no sentido de preservar e organizar os arquivos escolares. Esta preocupação e a literatura dela derivada, enfatizam tais acervos como fontes para pesquisa e produção do conhecimento a respeito das instituições escolares, no âmbito acadêmico.

Sem ignorar esta relevante dimensão, o presente trabalho propõe-se a discutir uma outra possível contribuição desses acervos, qual seja, a inserção de documentos do acervo da instituição escolar no ensino de História, partindo-se de questões relacionadas à história da instituição e da comunidade escolar, e de sua relação com a história local.

Considera-se aqui que as duas dimensões – pesquisa e ensino – devem ser aliadas nos esforços de preservação e de recuperação dos acervos escolares, ao mesmo tempo em que essa proposta de ensino visa tornar a aprendizagem em História mais significativa para os alunos e para

¹ Universidade Federal do Paraná – DTPEN/PPGE – nadia_ggoncalves@ufpr.br.

a comunidade escolar, podendo promover inclusive um outro desdobramento – a extensão das reflexões e problematizações geradas no âmbito escolar, com envolvimento da comunidade externa à instituição. Parte das discussões que seguem têm como base, iniciativas desenvolvidas na Universidade Federal do Paraná, relacionadas ao tema².

1. Ensino de História: estabelecendo algumas bases para a discussão

A proposição quanto ao uso de documentos no ensino de História, não é novidade. Mesmo na abordagem mais tradicional, podia-se encontrar trechos de documentos ou registros iconográficos em livros didáticos. Porém, o que mudou ao longo do tempo foi o entendimento quanto ao olhar e a utilização que se deve lançar a esses documentos, a partir da discussão, no âmbito historiográfico, a respeito da construção da História, do papel do historiador e da concepção de documento.

Enquanto há algumas décadas o documento, no livro didático, cumpria o papel de ilustração do fato, utilizado como comprovação da verdade, não problematizado³, atualmente seu uso não é proposto de forma tão simplista – embora ainda possa ser assim, caso não haja um encaminhamento metodológico adequado por parte do professor, em sala de aula.

Para a discussão a respeito das contribuições possíveis de utilização do arquivo histórico escolar no ensino de História, parte-se de alguns pressupostos, que são elencados a seguir:

1) de que há clareza, por parte do professor, sobre não haver uma verdade absoluta a respeito do fato histórico, mas versões possíveis, não necessariamente excludentes entre si, ao ponto dele levar esta postura e compreensão para sua prática como docente, permeando-a e ao seu discurso e abordagem de História, em sala de aula⁴;

2) de que os documentos são registros parciais, limitados, de olhares possíveis a respeito de fatos e práticas;

² São elas: o Centro de Documentação e Pesquisa em História da Educação – CDPHE, criado em maio de 2005 – site: www.educacao.ufpr.br/cdphe; o projeto de pesquisa “Arquivo escolar do Colégio Estadual do Paraná: investigação sobre seu tratamento, ao longo da história da instituição, com base no levantamento, organização e catalogação do acervo documental” (março/2006); o projeto do Programa Licenciatura, “O arquivo escolar como eixo articulador de atividades de ensino, pesquisa e extensão: diálogos possíveis na escola e entre a Universidade e a escola” (março/2006); e o Grupo de Estudos Ensino de História, que tem como objetivo discutir fundamentos teórico-metodológicos do ensino de História e possibilidades de usos de materiais didáticos e documentos no ensino de História para o Ensino Fundamental e Médio (março/2007).

³ Por exemplo, o quadro A Primeira Missa, de Victor Meirelles: por gerações, ele foi reproduzido nos livros didáticos, e compreendido pelos alunos, em geral, como se fosse uma fotografia da Primeira Missa, e não uma representação, datada, uma obra gerada em dado contexto (concluída em 1860), com base em outros registros (como a Carta de Pero Vaz de Caminha), que também eram representações a serem problematizadas.

⁴ Embora este primeiro pressuposto pareça óbvio, as observações e experiências, no contato com docentes do ensino básico (de anos iniciais do ensino fundamental até o ensino médio) indicam que nem todos têm esta clareza. E, mesmo quando a têm, encontram dificuldade em enunciar e trabalhar esta concepção de História permeando os conteúdos, e não somente como uma unidade de ensino, principalmente quando o livro didático utilizado não a contempla ostensivamente. Ressalta-se que este tema necessita de estudos mais aprofundados, daí o cuidado em destacá-lo.

3) de que as fontes possíveis para a compreensão da História não limitam-se aos registros escritos e oficiais, mas abrangem também objetos, registros orais, produções escritas não formais, registros iconográficos, enfim, toda e qualquer forma de informação e registro a respeito do fato ou tema a ser problematizado e averiguado historicamente;

4) de que o Ensino de História deve efetivamente superar a abordagem informativa, conteudista, tradicional, desinteressante e não significativa – para professores e alunos – e que uma das possibilidades para esta superação é sua problematização a partir do que está próximo, do que é familiar e natural aos alunos. Esse pressuposto é válido e aplicável desde os anos iniciais do ensino fundamental, quando é necessário haver uma abordagem e desenvolvimento importante das noções de tempo e espaço, juntamente com o início da problematização da compreensão e explicação históricas, e o contato com documentos, até o ensino médio, quando a discussão pode ser mais complexa e as relações entre a história local, regional, nacional e geral, exploradas de forma mais aprofundada;

5) que este processo de construção do conhecimento histórico deve ser gradativamente construído no ensino fundamental e médio como um todo, e que é viável inclusive como forma de superação do dilema quantidade (de conteúdo) x qualidade de aprofundamento, problematização e construção do conhecimento histórico. Se os sistemas estaduais estabelecem diretrizes quanto a conteúdos a serem abordados em cada série escolar, o professor possui relativa autonomia para definir *como* trabalhá-los. Neste sentido, os pressupostos enunciados nos itens 1 a 4 podem constituir uma unidade de ensino, mas não se esgotam ali, devendo ser base recorrente de sentido e abordagem de quaisquer conteúdos nesta disciplina escolar;

6) que nesta proposição de ensino de História, a história da instituição escolar – que não se limita ao seu âmbito formal, mas envolve a vida cotidiana da instituição, a comunidade escolar que dela fez parte em algum momento, e suas práticas e cultura – e os diferentes momentos e contextos para sua compreensão podem ser um ponto de partida muito profícuo para a problematização e o ensino de História, por várias razões, entre as quais: por nela estarem imersos os envolvidos no processo de ensino e aprendizagem e portanto lhes parecer conhecida; por poderem ser problematizadas, desconstruídas, desnaturalizadas e compreendidas, por exemplo, muitas práticas vigentes neste âmbito – neste sentido, explora-se sua historicidade e contexto, com relações que vão muito além do local, mas que também o consideram, e o aluno pode compreender-se como agente histórico, que constrói, modifica ou mantém tais práticas, bem como aqueles que o antecederam; entre outros; e

7) de que desta forma, o ensino de História pode superar muitos dilemas que têm enfrentado, em especial quanto à sua função na sociedade e na escola contemporâneas,

considerando-se que estas também carecem de reflexão e de reformulação⁵, tornando-se mais significativo e interessante para alunos e professores, na medida em que estes não se vêem mais excluídos por uma História pronta e acabada, informativa, que não lhes auxilia a compreender sua realidade. A proposição é de que a História pode lhes permitir problematizar sua realidade cotidiana, percebê-la como algo que não é natural, mas que foi construída historicamente, e que portanto, como agentes históricos que são, as escolhas que eles fazem constituem uma construção histórica.

2. O arquivo histórico escolar como acervo documental: possibilidades

A escola produz diversos tipos de documentos e registros, exigidos pela administração e pelo cotidiano burocráticos, que perpassam inclusive seu âmbito pedagógico. Há toda uma legislação que orienta essa produção, envolvendo o funcionamento da instituição, e a organização e controle de suas atividades. Além disso, pode-se encontrar no arquivo escolar outros tipos de documentos que excedem a determinação legal, como fotografias, jornais produzidos pela escola, cadernos de alunos, recortes de jornais com matérias referentes à instituição, bilhetes, entre outros.

Tendo sido produzidos com maior ou menor intencionalidade, tais documentos registram e constituem a cultura material escolar, específica daquela instituição, e que “modela e é modelada pela cultura social” (MENEZES, 2005:4). Ou seja, são testemunhos da vida institucional, da sua cultura e memória, com as particularidades da escola que os produziu.

Porém, pode-se ir mais além, no uso do arquivo escolar e na busca da compreensão e da explicação da existência histórica de uma instituição. Segundo a proposição de Justino Magalhães, “sem deixar de integrá-la na realidade mais ampla que é o sistema educativo, [deve-se] contextualizá-la, implicando-a no quadro de evolução de uma comunidade e de uma região, [...] por fim sistematizar e (re)escrever-lhe o itinerário de vida na sua multidimensionalidade, conferindo um sentido histórico” (1999:64).

Este autor ressalta o arquivo escolar como fonte essencial, uma vez que a trajetória da instituição é construída “da(s) memória(s) para o arquivo e do arquivo para a memória” (1998:61), buscando-se integrar uma análise multidimensional desse itinerário. Porém, contrapondo-se à relevância e riqueza do material encontrado nestes acervos, mostra-se preocupado com seu estado de guarda e conservação, sofríveis, em Portugal, indicando que essa situação não é tão distinta da geralmente encontrada no Brasil.

[...] Sede privilegiada de uma multiplicidade de acções humanas, pedagógicas, culturais, sociais, afectivas, produto de um quotidiano sempre reinventado, da instituição educativa não resta por vezes mais que um resíduo documental, irregularmente repartido no tempo e pouco representativo, nomeadamente no que se refere à riqueza do quotidiano escolar.

⁵ Sobre dilemas colocados para a escola e para o ensino de História na atualidade, ver Suzanne Citron (1990).

Com efeito, a uma gestão do acto pedagógico de uma forma geral muito selectiva, relativamente à quantidade e à qualidade da informação que os intervenientes entendem dever conservar, [...] tem vindo a associar-se, por outro lado, a ausência de uma política esclarecida sobre a conservação, preservação e organização documental, pelo que os fundos documentais das instituições educativas têm ficado dependentes do arbítrio dos agentes responsáveis e dos imprevistos que o tempo e a gestão dos espaços, por vezes exíguos, permitem. (1999:75)

Por sua vez, Diana Vidal, com base em Pierre Nora (1993), destaca os arquivos como lugares de memória, locais de guarda dos acervos, mas ao mesmo tempo, “constantemente abertos a novas leituras acerca do passado e o presente” (2005:19)⁶. Na perspectiva de sua utilização como fonte de pesquisa e de ensino para a compreensão da história da instituição escolar, o arquivo deixa de ser algo relegado ao esquecimento, a depósitos insalubres, ou mesmo de ser entendido como algo indesejado e inútil:

[...] integrado à vida da escola, o arquivo pode fornecer-lhe elementos para a reflexão sobre o passado da instituição, das pessoas que a freqüentaram ou freqüentam, das práticas que nela se produziram e, mesmo, sobre as relações que estabeleceu e estabelece com seu entorno (a cidade e a região na qual se insere) (VIDAL, 2005:24).

Esta pode ser uma possibilidade muito promissora para uma desejável articulação entre ensino e pesquisa, e também para a promoção de diálogos com a comunidade escolar.

3. O uso de documentos do arquivo histórico escolar no ensino de História

Tratando-se das possibilidades de utilização de documentos no ensino de História, além dos pressupostos enunciados no tópico 1, deve-se lembrar da necessária formação inicial e continuada do professor, tanto referindo-se às concepções de História e de sua escrita, de documentos e de sua utilização no âmbito escolar, quanto ao aperfeiçoamento metodológico específico que cada tipo de documento exige, para sua análise e utilização.

No caso específico aqui abordado, em que a escola, como espaço de problematização temática e de produção dos documentos, permite uma aproximação com a abordagem de história local, é fundamental que o professor conheça os limites e as possibilidades que essa articulação pode oferecer, a fim de repensar sua prática, e a aplicabilidade da proposta em sua realidade de trabalho. Segundo Circe Bittencourt, “a história local tem sido indicada como necessária para o ensino por possibilitar a compreensão do entorno aluno, identificando o passado sempre presente nos vários espaços de convivência – escola, casa, comunidade, trabalho e lazer – , e igualmente por situar os problemas significativos da história presente” (2004:168).

⁶ Estes arquivos necessitam de tratamento adequado, com organização e descarte entendidos como procedimentos complementares, situados dentro de um processo técnico, o que exige o diálogo com arquivistas. Tratando-se da especificidade dos documentos e arquivos escolares, o esforço deve ocorrer no sentido de transformar o arquivo morto em Arquivo Histórico, ou seja, organizado e funcionalmente integrado ao arquivo corrente, discutindo-se e criando-se, no âmbito da instituição educacional, critérios para conservação e descarte, planos de destinação da documentação, elaborados “para além da lógica administrativa”(p.22), de forma a abranger outros âmbitos que ultrapassem a Secretaria da escola e a norma legal.

Porém, cabe esclarecer, como alertam Maria Auxiliadora Schmidt e Marlene Cainelli, “que uma realidade local não contém, em si mesma, a chave de sua própria explicação, pois os problemas culturais, políticos, econômicos e sociais de uma localidade explicam-se, também, pela relação com outras localidades, outros países e, até mesmo, por processos históricos mais amplos” (2004:112). Nesse sentido, os cuidados para evitar o reducionismo e o etnocentrismo devem ser constantes. Faz-se necessária a articulação entre os conteúdos da história local e do tema abordado, com os conteúdos da história regional, nacional e geral.

O eixo temático aqui proposto, a orientar a problematização e o ensino de história, seria a história da instituição escolar ou da comunidade escolar que por ali passou, abrangendo também suas práticas e cultura. Porém, mesmo outros temas, que não tenham necessariamente a instituição escolar como eixo central, podem partir de fontes geradas pela escola para suas atividades, por exemplo: as representações de infância ou de família; diferentes abordagens referentes às noções de tempo, como permanência ou mudanças/ transformações, seja na escola, nas roupas, nas atividades cívicas, nas relações de gênero, entre muitos outros.

Podem ser utilizados nessa proposta desde documentos oficiais, até aqueles mais diversos, conforme o tema e recorte escolhidos, como fotografias, recortes de jornais e revistas, diários de classe, cadernos de alunos, provas, livros didáticos, objetos utilizados no processo pedagógico, além dos registros documentais, os mais variados, que podem ser trazidos pelos alunos para subsídio da discussão. A fonte oral, segundo Serlei Ranzi (2001), também é uma interessante possibilidade, quando se trata da história e memória de uma instituição escolar e da comunidade que por ali passou, construindo e constituindo, portanto, essa história, e não se limitando a ela.

O trabalho do professor exigirá, neste caso, domínio de metodologias adequadas, para que possa selecionar e utilizar as diferentes fontes possíveis para subsidiar o trabalho, tanto em sala de aula – como discute Francisco Ferraz (1999) –, quanto no caso de um projeto maior, caso a proposta não fique restrita à sala, mas envolva também a comunidade escolar e até mesmo a comunidade externa e passada da instituição. Como ressalta Circe Bittencourt,

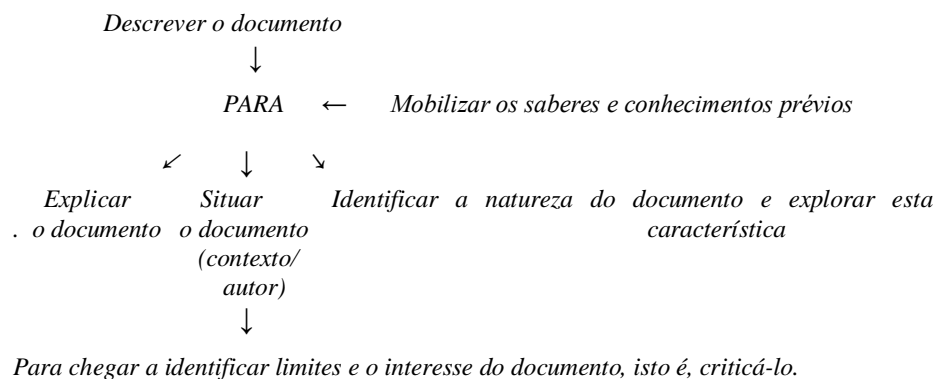
[...] os documentos [...] são registros produzidos sem intenção didática e criados por intermédio de diferentes linguagens, que expressam formas diversas de comunicação. São muito variados quanto à origem e precisam ser analisados de acordo com suas características de linguagem e especificidades de comunicação” (2004:333).

3.1. Um breve exemplo de possibilidades de uso de documento do arquivo histórico escolar

Este tópico não tem a pretensão de esgotar possibilidades de exploração temática ou explicativa, ou de indicar um modelo para o uso de documento no ensino de História, mas apenas de ilustrar brevemente seu potencial de uso no ensino, a partir de um documento extraído do Arquivo Histórico do Colégio Estadual do Paraná, de Curitiba.

Para tanto, utiliza-se aqui as proposições de Gemma Traveria (2005) para problematização e discussão de fontes primárias no ensino de História, consideradas muito pertinentes, por sugerirem caminhos viáveis para essa prática pedagógica e contribuírem para a construção de um ensino de História mais instigante e significativo. A partir de uma pergunta principal ou de uma hipótese provisória sobre determinado tema, o professor deve tomar os cuidados para escolher fontes adequadas aos seus objetivos, ao perfil da turma, e identificar quais temas são possíveis de abordar com esse modelo e as fontes disponíveis. Deve orientar o processo de interação ativa entre a investigação e a análise, por meio da problematização, visando à produção do conhecimento, e se possível, à formulação de novos problemas e hipóteses a serem investigados.

Especificamente quanto à análise de documento histórico em sala de aula, o esquema apresentado por Circe Bittencourt (2004:334) é bastante útil para este aspecto da atividade:



Devido ao espaço restrito, optou-se por utilizar parte do Regimento Interno do Colégio Estadual do Paraná, aprovado em 24 e 25 de junho de 1966:

DO CORPO DISCENTE

Art.27 – São deveres do aluno:

- a) realizar os trabalhos discentes com assiduidade e pontualidade;
- b) acatar as autoridades escolares;
- c) tratar com urbanidade os professores, funcionários e colegas;
- d) apresentar-se limpo e adequadamente vestido;
- e) apresentar-se devidamente uniformizado para as sessões de educação física e para as atividades escolares quando para isso fôr determinante;
- f) possuir o material escolar mínimo exigido, mantendo-o em perfeita ordem;
- g) entrar para as aulas e delas sair sem tumulto, mantendo no transcurso das mesmas, atitude educada;
- h) manter em perfeito estado o patrimônio em geral, zelando pela sua conservação e indenizar os prejuízos quando produzir dano material ao Estabelecimento e a objetos de colegas e funcionários;
- i) portar-se corretamente na via pública mormente quando uniformizado;
- j) portar-se nos intervalos das aulas dentro dos limites da boa educação;
- l) abster-se de atos contrários aos bons costumes zelando pelo bom nome do Estabelecimento;
- m) erguer-se no seu lugar, em atitude correta à entrada ou saída de professores, autoridades de ensino ou visitantes;
- n) comparecer às comemorações cívicas determinadas pelo Colégio, participando com o máximo respeito e educação;

- o) participar de associações estudantis do Colégio autorizadas pela Direção;*
- p) cumprir todas as disposições dêste Regimento, bem como, de instruções regulamentares, avisos e editais expedidos pela Administração.*

Art.28. São direitos dos alunos:

- a) receber sem quaisquer discriminações, ensino, na forma da lei;*
- b) organizar-se em grêmios estudantis e recreativos, respeitadas as disposições legais;*
- c) freqüentar a biblioteca, instalações esportivas e outras do Estabelecimento, sem prejuízo de suas atividades escolares;*
- d) receber benefícios, de cooperativas ou serviços instalados com essa finalidade;*
- e) reunir-se em comissão para apresentar sugestões relativas ao bom andamento do ensino e dos serviços.*

Art.29. É vedado ao aluno:

- a) entrar na sala durante a aula ou dela sair sem permissão expressa do professor;*
 - b) ausentar-se do Estabelecimento no transcurso das aulas sem aquiescência da Direção;*
 - c) agredir colegas e praticar atos turbulentos ou perigosos nas dependências do colégio ou em suas proximidades;*
 - d) participar de movimentos que culminem em ausências coletivas às aulas e trabalhos escolares;*
 - e) permanecer no Colégio sem comparecer às aulas a não ser em casos especiais devidamente autorizados;*
 - f) promover, sem autorização do diretor, rifas, coletas ou subscrições, dentro ou fora do Estabelecimento;*
 - g) promover manifestações coletivas ou delas participar sem a necessária autorização do Diretor;*
 - h) introduzir, no Colégio, bebidas alcoólicas, substâncias tóxicas, irritantes ou psicotrópicas, armas, materiais inflamáveis ou explosivos;*
 - i) portar ou introduzir revistas, livros, fotografias ou impressos, de moral duvidosa;*
 - j) ostentar vícios, a prática de jogos de azar ou uso de bebidas alcoólicas;*
 - l) realizar ou participar durante os períodos letivos de congressos, semanas estudantis ou quaisquer outras manifestações que perturbem a boa marcha dos trabalhos escolares;*
 - m) ocupar-se em trabalhos estranhos durante as aulas;*
 - n) provocar conscientemente, por palavras, gestos ou atitudes a hilaridade ou desvio da atenção da classe;*
 - o) levar e utilizar nas aulas, qualquer objeto com que possa propositadamente distrair ou distrair a atenção dos colegas;*
 - p) permanecer nas dependências do Estabelecimento fora do horário de suas aulas sem que para isso esteja autorizado pela Direção;*
 - q) utilizar-se de qualquer tipo de fraude na realização dos trabalhos escolares.*
- (COLÉGIO ESTADUAL DO PARANÁ, 1966:7-9)

Objetivos: identificar o ideal de aluno, no documento; discutir o papel estabelecido para a escola, no período; identificar se há relações entre os valores culturais e familiares e a norma escolar, e entre a norma escolar e o governo autoritário do período (ditadura militar).

Perguntas norteadoras iniciais: 1) Como seria o aluno ideal, conforme o documento? E o aluno-problema? 2) Qual o “lugar” estabelecido para o aluno, na escola (participação, voz, acesso)? 3) Quais exigências materiais e comportamentais eram estabelecidas aos alunos do Colégio? 4) Os alunos tinham mais direitos ou deveres?

As perguntas apresentadas visam a um primeiro contato com o documento, e à descrição de suas informações principais, de acordo com os objetivos acima estabelecidos.

Em um segundo momento, busca-se outras informações para a sua compreensão, por meio de outras questões, que envolvem seu contexto e que necessitam de outras fontes, primárias e

secundárias, para serem respondidas: 1) Quem participava da escrita e aprovação do Regimento Escolar? 2) Houve alguma razão especial para que este fosse produzido, em 1966? Se sim, qual foi o motivo? 3) É possível localizar o Regimento anterior, para fins de comparação? E o posterior? 4) Como o Colégio Estadual do Paraná era visto pela população de Curitiba e pela comunidade escolar, na época? Essa imagem tem relação com os valores expressos no Regimento Interno? 5) Quais valores podem ser identificados, subsidiando a elaboração do Regimento Interno? Eles eram comuns, à época? 6) Como as pessoas que compunham a comunidade escolar, naquela época, percebiam o ideal de aluno e as normas estabelecidas para o Colégio? Elas eram aceitas? Eram respeitadas, ou eram questionadas? 7) Há relação entre o período militar de 1964 e o conteúdo do documento? E com a função da escola? 8) A comunidade escolar da época percebeu alguma relação (continuidade ou ruptura) entre a ditadura militar e a função da escola (mudanças em seu funcionamento), ou entre a forma de tratamento dos alunos? Como essas pessoas manifestam ou justificam essa percepção?

Estas perguntas não esgotam as muitas possibilidades de questionamento, mas permitem ilustrar um encaminhamento possível. Além disso, a relação entre o passado e o presente, não abordada acima, com a problematização da função da escola, do papel do aluno e do Regimento Escolar na atualidade, são outro desdobramento viável. Ainda, este é um encaminhamento metodológico que pode permitir abordar a questão das representações sobre o fato histórico, ou seja, de fontes distintas, é provável que sejam encontradas diferentes versões, percepções, explicações sobre a História. O tema ditadura militar, por exemplo, seria muito profícuo para essa discussão, pois entre as informações do livro didático, e depoimentos da comunidade escolar, pode-se encontrar olhares distintos sobre o que foi e quais os efeitos ou resultados sentidos por diferentes grupos sociais, em relação a este momento e contexto histórico.

Considerações finais

Os encaminhamentos e usos de documentos de arquivos históricos escolares, aqui brevemente apresentados, visam sensibilizar a comunidade escolar, em especial os docentes e os responsáveis pela guarda dos arquivos históricos escolares para a importância de sua preservação; e evidenciar o potencial dos documentos do arquivo histórico escolar como fontes para um eixo temático importante de trabalho na escola, como a história e memória da instituição e da comunidade escolar, contribuindo para um ensino mais significativo e potencialmente mais interessante para os alunos, e para o diálogo mais efetivo com a comunidade.

Pode-se ressaltar um fator extremamente relevante como contribuição para o ensino de História, por parte do uso de documentos do arquivo histórico escolar, especificamente na proposição do tema História e Memória da instituição educativa e da comunidade escolar: em

escolas caracterizadas por heterogeneidade de seu corpo discente, no sentido de origens de bairros diversos, em que se torna difícil ou inviável o desenvolvimento da história local com o tema Bairro, por exemplo, a escola pode ser o fator comum entre o alunado, que permita a problematização, o estudo e a compreensão da história local, regional, nacional e geral.

Os documentos e temas relacionados à instituição escolar permitem o trabalho do professor, no ensino de História, desde os anos iniciais do ensino fundamental até o ensino médio, partindo-se do pressuposto de que o que parece natural e familiar ao aluno fará mais sentido e será mais interessante para ele, quando perceber que a realidade que o cerca não é tão natural como ele imaginava.

Finalmente, a instituição escolar, por estar presente em diferentes tempos, espaços, culturas e sociedades, poderá ser um eixo temático muito profícuo para o ensino de História, considerando-se que o trabalho com documentos não pressupõe uma dissociação dos conteúdos formais, ou seja, do currículo estabelecido.

Referências

BITTENCOURT, Circe M. F. *Ensino de História: fundamentos e métodos*. São Paulo: Cortez, 2004. Coleção Docência em Formação.

CITRON, Suzanne. *Ensinar a História hoje – a memória perdida e reencontrada*. Trad. Guida M.A.de Carvalho e Luís Vidigal. Lisboa: Livros Horizonte, 1990.

COLÉGIO ESTADUAL DO PARANÁ. *Regimento Interno*. Curitiba, 1966.

FERRAZ, Francisco C. A. Uma agenda alternativa para o debate sobre o uso escolar das fontes históricas. In: SCHMIDT, Maria A. e CAINELLI, Marlene R. (orgs.) *III Encontro Perspectivas do Ensino de História*. Curitiba: UFPR/ Aos Quatro Ventos, 1999, p.682-692.

MAGALHÃES, Justino. Um apontamento metodológico sobre a história das instituições educativas. In: SOUSA, Cynthia P. e CATANI, Denice B. (orgs.) *Práticas educativas, culturas escolares, profissão docente*. São Paulo: Escrituras, 1998, p.51-69.

_____. Contributo para a História das Instituições Educativas – entre a memória e o arquivo. In: FERNANDES, Rogério e MAGALHÃES, Justino (orgs.) *Para a História do Ensino Liceal em Portugal: Actas dos Colóquios do I Centenário da Reforma de Jaime Moniz (1894-1895)*. Braga, Portugal: Universidade do Minho, 1999, p.63-77.

MENEZES, Maria C. A constituição do arquivo escolar em lugar de memória e estudo da escola brasileira. In: VII CONGRESO IBEROAMERICANO DE HISTORIA DE LA EDUCACIÓN LATINOAMERICANA. *Anais...* Quito, Equador, 2005, 9p. CD-ROM.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. *Projeto História*, São Paulo, vol.10, p.7-28, dez/1993.

RANZI, Serlei M.F. Fontes orais, História e saber escolar. *Educar em Revista*. Curitiba, UFPR, nr.18, p.29-42, 2001.

SCHMIDT, Maria A. e CAINELLI, Marlene. *Ensinar História*. São Paulo: Scipione, 2004.

TRAVERIA, Gemma T. *Enseñar a pensar históricamente: los archivos y las fuentes documentales em la enseñanza de la historia*. Barcelona: I.C.E. Universitat Barcelona/ Horsori Editorial, 2005.

VIDAL, Diana G. Cultura e prática escolares: uma reflexão sobre documentos e arquivos escolares. In: SOUZA, Rosa F. e VALDEMARIN, Vera T. (orgs.) *A cultura escolar em debate: questões conceituais, metodológicas e desafios para a pesquisa*. Campinas, SP: autores Associados, 2005. Apoio: Unesp/FCLAr, p.3-30.